

EDITORIAL

Ideologia: a contribuição da Psicanálise

Raul Albino Pacheco Filho



Foi em *Eléments d'Idéologie* (1801), do filósofo francês Antoine-Louis Claude Destutt (conde de Tracy), que a palavra *ideologia* surgiu na França pós-revolucionária, para designar “a análise das sensações e das ideias” a partir das concepções de Condorcet e Condillac (FORNERO, 1998/2007, p. 615). Isso ocorreu no âmbito de uma tentativa de se elaborar uma ciência da gênese das ideias e das atividades mentais, entendidas como fenômenos naturais que exprimiriam a relação do homem com seu meio natural. Esse empreendimento reuniu um grupo de pensadores

franceses materialistas, antiteológicos, antimetafísicos e antimonárquicos, conhecidos como “ideólogos franceses”, entre os quais se incluíam, também, Pierre-Jean Georges Cabanis e Constatin-François de Chasseboeuf (conde de Volney). Favoráveis a Napoleão e ao golpe de 18 Brumário, “todavia logo se decepcionaram com Bonaparte, vendo nele o restaurador do Antigo Regime, isto é, da monarquia que tanto haviam criticado” (CHAUÍ, 2001/2004, p. 27). Daí o conflito subsequente com Napoleão, que investiu contra eles em um discurso no Conselho de Estado, em 1812, invertendo a autoproclamada intenção do projeto dos “ideólogos”:

É à doutrina dos ideólogos – a essa metafísica difusa que artificialmente busca encontrar as causas primárias e sobre esse alicerce erigir a legislação dos povos, em vez de adaptar as leis ao conhecimento do coração humano e das lições da história – que se deve atribuir todos os infortúnios que se abateram sobre nossa amada França. (BONAPARTE apud EAGLETON, 1991/1997, p. 69)

E neste curioso episódio histórico podemos constatar como o termo ideologia reúne, desde o seu nascedouro, a multiplicidade semântica que ainda o acompanha contemporaneamente: seja com o sentido de uma ciência da gênese das ideias, de uma corrente filosófica, de um conjunto relevante de ideias (“Meus heróis morreram de overdose; meus inimigos estão no poder; ideologia, eu quero uma pra viver”. FREJAT e CAZUZA, 1988), de uma teorização a respeito da base externa subjacente às ideias

e à atividade mental (ou biológica, ou social, ou de classe econômica, ou alocada na infraestrutura produtiva, ou articulada à luta pelo poder, etc.), de um alerta sobre o seu perigo subversivo, de uma crítica sobre seu aspecto alienante e mistificador ou de uma análise histórica teórico-prática sobre os obstáculos e as possibilidades de transformação social.

Se o termo *ideologia* é anterior ao seu emprego por Marx e Engels e ao uso distintivo que estes lhe irão conferir, é inegável, contudo, que *A ideologia alemã* (1933 [1843-1846]/2007) deve ser considerada a obra seminal de um pensamento realmente rigoroso e relevante sobre o tema. É que buscou inspiração na crítica à religião, pelo materialismo francês e por Feuerbach, e na crítica à filosofia e epistemologia tradicional, por Hegel, ao mesmo tempo em que empreendeu a crítica dessas críticas. E será contra os “jovens hegelianos” que a crítica será especialmente impiedosa:

O primeiro tomo desta obra se propõe a desmascarar esses cordeiros que se consideram e são considerados como lobos; mostrar que seus balidos só fazem repetir, em linguagem filosófica, as representações dos burgueses alemães, e que as fanfarronadas desses comentaristas filosóficos só fazem refletir a irrisória pobreza da realidade alemã. Propõe-se ridicularizar e desacreditar esse combate filosófico contra a penumbra da realidade, propícia à sonolência habitada por sonhos em que o povo alemão se compraz. (pp. 3-4)

O cerne das proposições é conhecido e, em contraposição à filosofia alemã criticada, “que desce do céu para a terra” ao acreditar que o mundo real é o produto do mundo das ideias, aqui “é da terra que se sobe ao céu”, na medida em que “a consciência [“*Bewusstsein*”] nunca pode ser mais do que o ser consciente [“*Das bewusste Sein*”]” (p. 19) e que “são os homens, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, que transformam, com a realidade que lhes é própria, seu pensamento e também os produtos do seu pensamento” (p. 20). A questão da verdade objetiva do pensamento não é apenas teórica, mas também, indissociavelmente, uma questão prática, já que “a discussão sobre a realidade ou a irrealidade do pensamento – isolado da práxis – é puramente escolástica” (p. 100). Não existindo uma essência humana como abstração inerente ao indivíduo isolado, ela só pode ser encontrada no conjunto das relações sociais. E Feuerbach é criticado exatamente por “não empreender a crítica desse ser real” e por considerar o ser humano “unicamente como ‘gênero’, como universalidade interna, muda, ligando *de modo natural* a multidão dos

indivíduos” (pp. 101-102). A décima primeira das “Teses sobre Feuerbach” conclui com energia: “os filósofos só *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é de *transformá-lo*” (p. 103).

Desde então, incontáveis pensadores, vários deles preeminentes, dedicaram-se a refletir sobre ideologia. Fizeram-no a partir das mais diversas abordagens (não apenas a marxista) e, obviamente, com concepções boa parte das vezes conflitantes. Os nomes de Lukács, Karl Mannheim, Gramsci, Adorno, Pierre Bourdieu, Althusser, Adorno, Michel Pécheux, Étienne Balibar, Richard Rorty, Terry Eagleton, Habermas, Claude Lefort, Fredric Jameson, István Mészáros, Slavoj Žižek servem apenas para lembrar alguns dos pensadores importantes, em uma lista incomparavelmente maior.

Vale a pena lembrar que um mal-entendido comum, implicado em uma visão simplista e distorcida do materialismo histórico, é o de que, nessa concepção, a ideologia burguesa consistiria em mero disfarce racionalizado e intelectualizado de interesses materiais egoísticos de grupos sociais determinados. Basta ler-se *História e consciência de classe* (1923/2001) de Lukács, por exemplo, para se desfazer esse equívoco e ter-se uma noção clara de que o entendimento da ideologia, como consciência “falsa” e “invertida”, não pode ser impropriamente reduzido desta maneira, assumindo, ao invés disto, importância destacada no âmbito das reflexões contidas em *O Capital* (MARX, 1867, 1885, 1894/1984).

Voltando a atenção para a Psicanálise, pode-se afirmar que já em *Totem e tabu* (1913 [1912-1913]/1987) encontram-se reflexões fundamentais para se considerar o tema da ideologia, nas formulações sobre a estrutura que dá origem à lei, às interdições da cultura e à sideração em torno do totem como representante substituto do Pai. Mas, em todos os demais textos freudianos dedicados a pensar a sociedade e a cultura, encontram-se contribuições de valor para o assunto, que articulam a estrutura e as funções psíquicas às relações entre os sujeitos na sociedade. Contribuições, essas, que permitiram substituir noções espúrias, naturalizantes ou patologizantes, de autores contemporâneos ou anteriores a Freud – por exemplo, “instinto gregário”, “mente grupal”, “contágio emocional” –, e colocar em seu lugar as concepções psicanalíticas fundamentais sobre o complexo de Édipo, o complexo de castração, os processos de identificação, as alienações aos ideais, as injunções superegoicas e as vicissitudes pulsionais.

Porém, o arcabouço metapsicológico freudiano ainda se mostrava vulnerável às investidas de cooptação naturalizante, de reducionismo do sujeito à noção encapsulada

de “indivíduo” do capitalismo, assim como de atrelamento da teoria e da práxis clínica à cosmovisão e às concepções política e ética que daí se derivam. Isso veio a acontecer, de fato, com uma parcela significativa do movimento psicanalítico, após a morte do seu fundador. E atraiu o risco de a Psicanálise vir a tornar-se apenas mais um, entre os campos de saber, a dar sustentação à ideologia apologética do adaptado e bem-sucedido “winner” do capitalismo. E não foram poucos os que, como os pensadores frankfurtianos – notadamente Adorno –, apontaram acertadamente os perigos desse desvio reacionário, ideologizante e alinhado com o *establishment* capitalista.

Do interior do movimento psicanalítico, foi Lacan quem denunciou de modo mais enfático essa inflexão pós-freudiana da “Psicanálise do Ego” e empreendeu a tarefa hercúlea de reformular a base conceitual da Psicanálise, de modo a retomar as premissas inaugurais que revelavam que o sujeito e atividade psíquica surgem no seio da vida social e no âmbito da cultura e das estruturas simbólicas e discursivas da relação com o outro.

Amparado no Marxismo – em particular na afirmação de *A ideologia alemã* de que a ideologia e as formas de consciência a ela correspondentes “não têm história” – e inspirado também pela Psicanálise – especialmente na proposição freudiana de que “o inconsciente é eterno” –, Althusser escreveu um dos mais importantes e conhecidos textos sobre o tema: “Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado” (1970/1996). E propôs seu projeto de uma “teoria da ideologia *em geral*”, “no sentido como Freud expôs uma teoria do inconsciente *em geral*” (p. 125), sublinhando de maneira cabal seu caráter trans-histórico: “a ideologia não tem história” (p. 124). Atraiu a acusação de que desconsiderava de maneira inconcebível a importância da história das formações sociais e dos modos de produção que se desenvolvem dentro delas: crítica endereçada igualmente à concepção estrutural de sujeito, em Lacan.

Evitando abordar o assunto nesta ocasião, cabe lembrar, porém, que Althusser distinguiu claramente a diferença entre “teoria da ideologia *em geral*” e “teorias *das* ideologias” particulares, sendo que estas últimas “sempre expressam *posições de classe*” e “têm uma história” cuja determinação, em última instância, situa-se claramente fora delas, embora as suponha. E afirmou que “é bastante óbvio que é preciso avançar para uma teoria *das* ideologias nos dois aspectos” (p. 124). E, no que se refere a Lacan, Askofaré mostrou, em artigo no primeiro número de *A PESTE*, que a noção lacanianiana de sujeito não se reduz à de puro sujeito do significante e que a noção de Outro não se limita à estrita sincronia de significantes assemânticos. Pois o inconsciente é estrutura –

quer dizer, lugar do Outro –, “mas também saber, dito de outro modo, o que dessa estrutura se desenrola, se articula no discurso do Outro” (2009, p. 169). A partir daí, pode-se reanimar uma perspectiva de subjetividade histórica “sustentada sobre as categorias [lacanianas] de discurso e de saber” (p. 165).

Buscando uma interlocução entre a Psicanálise e algumas proposições de Marx sobre o valor-de-troca e a função do equivalente-geral, explorei em outros lugares (PACHECO FILHO, 2009 e 2010) as conexões entre: “de um lado, a alienação estrutural e trans-histórica do sujeito e seu ‘encantamento’ com os objetos; e, de outro, a alienação contingente e histórica do sujeito do capitalismo e o fetichismo da mercadoria” (2010, p. 38). Trabalho, mais-valia, equivalente-geral e valor-de-troca surgem na cena histórica capitalista viabilizando um poderoso e inédito instrumento de articulação, fixação e padronização do “valor-desejo” de cada objeto para todos os sujeitos do corpo social, e é dessa unificação da “desejabilidade” pelos objetos e do compartilhamento do ideal de consumo que surge a potencialização dos efeitos do que Lacan chamou “discurso do capitalista” e uma conseqüente aceleração da tendência totalitária à alienação do laço social. Aliás, Lukács percebeu com toda clareza a relevância da articulação entre “reificação”, “alienação” e “fetichismo da mercadoria” em *O Capital* de Marx (1867, 1885, 1894/1984):

(...) O problema da mercadoria não aparece apenas como problema particular e nem mesmo, simplesmente, como problema central da economia entendida como ciência particular, mas sim em todas as suas manifestações de vida. [Trata-se, com efeito, do] modelo de todas as formas de *objetualidade* e de todas as correspondentes formas de *subjetividade* na sociedade burguesa”. (LUKÁCS apud SOCHOR, 1989, p. 47; grifos meus)

Ainda que não se trate de um fenômeno totalmente independente da consciência, a reificação não se limita a ela e nem tampouco a um simples engano subjetivo. Dela participam tanto o *sujeito* quanto o *objeto*, já que “tem origem na concreta dialética de sujeito e objeto que tem lugar nas condições da produção capitalista de mercadorias” (ibid, p. 48). Quem sabe se a Psicanálise não pode auxiliar o Marxismo – paradoxo escandaloso e surpreendente? – a mostrar o porquê das categorias econômicas assumirem importância fundamental na construção de um mundo de aparência reificada e o porquê do fetichismo da mercadoria, enquanto fantasmagoria de uma relação

entre coisas, constituir “formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, objetivas, para as relações de produção desse modo de produção social e historicamente determinado, a produção de mercadorias” (MARX, 1867/2006).

Não se poderia falar sobre ideologia sem se mencionarem as tentativas espúrias de se proclamar “o fim da ideologia”, como a do livro de Daniel Bell (1961) que recebeu esse mesmo título. Mas apenas para se concordar com a avaliação de MÉSZÁROS (1986/1993), de que “o texto pretensamente científico de Daniel Bell é escandalosamente deturpador mesmo em seus mínimos detalhes” (p. 24). E também para se aceitar a afirmação de Žizek de que nos vemos “obrigados a aceitar a inexorável pertinência do conceito de ideologia” (1994/1996, p. 7).

Deste último vêm, aliás, em inúmeros livros e artigos sobre o assunto, tentativas de se trazer soluções para a questão sobre se a Psicanálise pode “fornecer o esteio que falta à teoria marxista da ideologia” (ibid., p. 34). Destas, destaco aqui apenas sua formulação sobre uma abordagem que vá além de uma “leitura sintomal” da ideologia, a partir da distinção lacaniana entre *sintoma* e *fantasia*, que – ele propõe – permite captar o nível fundamental da fantasia ideológica “em que a ideologia estrutura a própria realidade social” (ŽIZEK, 1989/1996, p. 314).

Encerro, endossando, em nome de *A PESTE*, a aposta que este terceiro número representa, nos frutos da interlocução do pensamento da Psicanálise com o do Marxismo, da Filosofia e dos outros campos das Ciências Sociais, para o entendimento da *ideologia*.

Referências

- ALTHUSSER, Louis (1970/1996). “Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado”. In: ŽIZEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- ASKOFARÉ, Sidi (2009). Da subjetividade contemporânea. *A Peste: Revista de Psicanálise e Sociedade*, São Paulo, v. 1, n. 1, pp. 165-175, jan./jun.
- BELL, Daniel (1961). *The end of ideology*. Nova York: Collier Books.
- CHAUÍ, Marilena (2001/2004). *O que é ideologia*. 4. reimpr., 2. ed. São Paulo: Brasiliense.
- DESTUTT DE TRACY, Louis Claude (1801). *Eléments d'Idéologie*. Paris.
- EAGLETON, Terry (1991/1997). *Ideologia*. São Paulo, Editora da Unesp/Boitempo.
- FORNERO, Giovanni (1998/2007). “Ideologia”. In: ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- FREJAT, Roberto e CAZUZA (1988). “Ideologia”. In: *Ideologia* (disco). Universal Music Group.

- FREUD, Sigmund (1913 [1912-1913/1987]). Totem e tabu. In: *Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, vol. XIII.
- LUKÁCS, Georg (1923/2001). *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes.
- MARX, Karl (1867/2006.). *A mercadoria*. São Paulo: Ática.
- (1867, 1885, 1894/1984) *Das Kapital*. Berlim, Dietz Verlag (Marx Engels Werke [MEW]).
- (1933 [1843-1846]/2007). *A ideologia alemã*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MÉSZÁROS, István (1986/1993). *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Ensaio.
- PACHECO FILHO, Raul Albino (2009). A praga do capitalismo e a peste da psicanálise. *A Peste: Revista de Psicanálise e Sociedade*. São Paulo, v.1, n.1, pp. 143-163, jan./jun.
- (2010). “Lease your body”: a encantação do corpo e o fetichismo da mercadoria. *Stylus: Revista de Psicanálise*. Rio de Janeiro, n. 21, pp. 37-45, dez.
- SOCHOR, Lubomír (1989). Lukács e Korsch: a discussão filosófica dos anos 20. In: SOCHOR, Lubomír et al. *História do Marxismo; o Marxismo na época da Terceira Internacional: problemas da cultura e da ideologia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ZIZEK, Slavoj (1989/1996). “Como Marx inventou o sintoma?”. In: ZIZEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, pp. 297-331.
- (1994/1996). “O espectro da ideologia”. In: ZIZEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, pp. 7-38.